

Artigo recebido em
20/03/2014
Aprovado em
03/05/2014

LAURA MARIA
NAVES

Universidade de Brasília
(UnB) –
lauramarianaves@gmail.com
Graduada em
Comunicação Social com
habilitação em Jornalismo
pela Universidade Católica
de Brasília; estudante de
Mestrado do Programa
de Pós-Graduação
em Comunicação da
Universidade de Brasília
na linha de pesquisa
Jornalismo e Sociedade,
com defesa prevista para
23 de abril de 2014.

FÁBIO HENRIQUE
PEREIRA

Universidade de Brasília
(UnB) – fabiop@gmail.com
Doutor em Comunicação,
professor da Faculdade
de Comunicação da
Universidade de Brasília,
pesquisador associado
ao Centre de Recherches
sur l'Action Politique en
Europe (CRAPE/França).
É autor do livro *Jornalistas-
intelectuais no Brasil*
(Summus, 2011).

Assessoria de Chumbo: Um panorama da cobertura política a partir da Secretaria de Imprensa da Presidência da República

Laura Maria Naves e Fábio Henrique Pereira

Resumo

O artigo analisa a forma como os jornalistas, credenciados ou não, realizavam a cobertura do Planalto a partir de suas relações com a Secretaria de Imprensa da Presidência da República, representada por seus então secretários, durante os governos de Artur da Costa e Silva (1968-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1970-1974). A partir de entrevistas qualitativas semi-dirigidas (ou semi-estruturadas), conduzidas a partir de um roteiro, foi possível reconstruir o cenário das relações entre jornalistas e secretários de imprensa, assim como as dificuldades e especificidades que existiam em uma cobertura jornalística cerceada pelo Ato Institucional nº 5. Partindo do conceito teórico de negociação e de uma abordagem etnoconstrucionista da produção noticiosa, a pesquisa apresenta um perfil do jornalismo político no contexto da Ditadura Militar (1964-1985).

Palavras-chave

jornalista, Ditadura Militar, cobertura política

Abstract

This paper analyses how journalists did, accredited or not, the Planalto news coverage from their relation with the Press Secretary of the President of the Republic, represented by their former secretaries, during the governments of Artur da Costa e Silva (1968-1969) and Emílio Garrastazu Médici (1970-1974). From semi-open qualitative interviews (or semi-structured), realized from the idea of a script, it was possible to reconstruct the setting of the relations between journalists and press secretaries, as well as its difficulties and specificities that existed in a news coverage curtailed by the Institutional Act nº 5. Starting from the theoretical concept of negotiation and an ethnoconstructionist approach of the news production, the research presents a profile of the political journalism inside the context of the Military Dictatorship (1964-1985).

Keywords

journalist, Military Dictatorship, news coverage

Estudos em Jornalismo
e Mídia
Vol. 11 Nº 1
Janeiro a Junho de 2014
ISSNe 1984-6924

Aos moldes do que já era praticado no jornalismo americano, a Secretaria de Imprensa da Presidência da República surgiu apenas no governo de Jânio Quadros (janeiro a dezembro de 1961). Antes existia somente um Gabinete de Imprensa da Presidência chefiado por um secretário escolhido diretamente pelo presidente. Porém, sua função era apenas a de informá-lo sobre assuntos relativos à seu governo, um trabalho mais interno. Pelas mudanças políticas, surgiu uma preocupação maior para que esse cargo tivesse uma atividade mais política, com foco no interesse governamental; ou seja, que suas informações pudessem influenciar os noticiários e privilegiassem a imagem do governo.

No governo de João Goulart (1961-1964), com o Decreto nº 51.872, de 1º de abril de 1963, foi estabelecido um novo regimento para o Gabinete Civil da Presidência da República em que, pela primeira vez, um presidente formalizava a estrutura da Secretaria de Imprensa e estabelecia suas atribuições (DUARTE, 2003). Jango, como era conhecido Goulart, afirmava que os jornais, rádios e televisões não deveriam sofrer interferências ou pressões políticas e econômicas por parte dos poderes públicos.

A critério de pesquisa, delimitamos para análise o período dos governos de Arthur da Costa e Silva (1968-1969) e de Emílio Garrastazu Médici (1970-1974). Os dois governos foram marcados por decisões que afetaram diretamente a imprensa nacional. No primeiro, foi promulgado o Ato Institucional nº 5, em que a censura impedia que os veículos de comunicação publicassem notícias que

polemizassem o Governo. O segundo foi marcado por um regime intenso, em que torturas, mortes e revoltas eram comuns ao país. Ainda assim, o Brasil estava em um período de pleno crescimento econômico. Foram dois momentos da Ditadura que tiveram suas semelhanças e desavenças. E é perceptível que isso trouxe mudanças também na forma de se cobrir o Palácio do Planalto, como este artigo tentará apresentar.

Existem ainda poucos estudos que fazem referência à Secretaria de Imprensa da Presidência da República e como era essa cobertura jornalística oficial em que os jornalistas, credenciados ou não, tinham acesso durante o período. Por se tratar de um regime ditatorial, as dificuldades encontradas por esses jornalistas foram muitas, tanto em acesso à informação como a busca por outras fontes. O intuito é entender, a partir da visão desses repórteres e dos ex-secretários, como foi cobrir política durante esse período.

O contexto da Secretaria de Imprensa nos governos

Carlos Chagas assumiu a Secretaria de Imprensa no governo Costa e Silva e Carlos Machado Fehlberg foi o secretário durante o regime de Médici. Os dois saíram de redações de grandes jornais e aceitaram o convite para o cargo. Por isso, é importante entender como eles exerciam esse trabalho sem expor suas convicções ideológicas e aceitando os preceitos institucionais do Governo.

Chagas ficou pouco tempo no cargo devido à saúde frágil de Costa e Silva no período. Ainda assim, manteve uma

relação próxima aos jornalistas também camuflada pela ideia de liberdade que a imprensa ainda tinha dentro do Palácio do Planalto e das Laranjeiras, no Rio de Janeiro.

Os dois assessores assumiram a Secretaria sob regimes diferentes e a convite direto dos respectivos presidentes. Deixaram seus empregos como repórteres e assumiram um posto oficial com a ideia inicial de que fariam parte de uma mudança política. No caso do governo Costa e Silva, uma nova constituição e a redemocratização do país. Porém, com o AI-5 e a influência dos militares linha-dura para que o país continuasse sob regime militar, o ex-secretário percebeu que muitas das promessas não convinham à realidade que o Brasil enfrentava.

Com Médici a situação foi semelhante. Com a promessa de reabertura política, Fehlberg assumiu o cargo acreditando em uma mudança. Também percebeu que havia por trás de toda a estrutura interesses políticos difíceis de serem superados. Assumiu o cargo durante os quatro anos de governo de Médici. Inovou criando um tipo de minirredação dentro da Secretaria e também uma função especial em que as notícias publicadas no exterior viriam a conhecimento tanto do presidente como do chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu.

Os dois secretários liberavam um boletim de notícias que servia como fonte oficial para os jornalistas. Era a partir desse material que se tinha a versão do Governo sobre os fatos do dia. Porém, apenas assuntos não-polêmicos, como agenda de presidente e atos promulgados eram abordados nesse material.

Além disso, tanto Médici como os

outros militares evitavam responder perguntas referentes à política do país. O objetivo era de sempre ressaltar os valores simbólicos do país e camuflar o caos resultante das atitudes ditatoriais. Percebe-se, então, esse conflito comunicacional dentro do Governo durante a Ditadura Militar. Enquanto o outro órgão de comunicação do regime, a Assessoria Especial de Relações Públicas

Secretários liberavam um boletim de notícias que era fonte oficial para jornalistas. Era a versão do Governo sobre os fatos do dia

– AERP, exaltava a figura do presidente, tornando-o uma figura carismática para a sociedade, a Secretaria se responsabilizava por informar a população por meio de jornalistas. Trabalhando como representantes desse regime, Chagas e Fehlberg conduziam seu trabalho de acordo com o que lhes era estipulado e permitido.

A cobertura sob o viés teórico

A partir de estudos jornalísticos dos anos 70, a ideia de notícia como *espelho* da realidade ficou inviável. A matéria responde pela linguagem que o jornalista utiliza, pelo veículo que representa e por sua relação com as fontes de informação. A notícia é vista como um resultado de

“processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade, os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua organização.” (TRAQUINA, 2012, p. 174) Com esses novos estudos, percebeu-se a importância que as rotinas e as práticas jornalísticas possuíam dentro desse novo paradigma construtivista.

Apesar da proliferação de análises sobre o processo de construção da realidade *pelo jornalismo*, existe uma lacuna na aplicação do construtivismo no que concerne jornalismo enquanto *realidade construída*. Ou seja, da mesma forma que o jornalismo constrói marcos interpretativos, ele é também resultado de um processo de construção. (...) O jornalismo aparece socialmente objetivado, integrando o mundo da vida cotidiana, da mesma forma que outras instituições, como a família, o Estado, a religião etc. Por isso, pode e deve ser estudado como tal.” (PEREIRA, 2007, p. 5)

Por isso, sendo vista como uma “construção”, as notícias são narrativas que resultam das características culturais nas quais estão inseridas. Assim, é necessário instigar o conhecimento da forma de narrar que, pelo entendimento de Traquina (2012), é a linguagem necessária do jornalismo. Ou seja, é preciso que o jornalista domine essa forma de se fazer notícia.

Para Pereira (2014), o jornalista visto no modelo teórico central de estudo sobre a cobertura política, mediando o processo de divulgação de fatos produzidos a partir do governo, partidos e instituições públicas, sustenta uma visão de que esses jornalistas de redação são os principais atores da produção da

notícia e concede aos políticos um papel secundário, colocando em voga uma ideia de que jornalistas e políticos estariam atuando em lados opostos. O autor afirma que o paradigma central dos estudos sobre jornalismo ainda focam suas pesquisas no papel central do jornalista na veiculação das notícias, por meio de suas rotinas. Mesmo quando o discurso político é analisado ele é feito por meio do conteúdo publicado na mídia.

Schlesinger (1992) afirma que há um esforço por parte das instituições políticas para definir e gerenciar esse fluxo de informações por meio do discurso. Por isso, seu estudo parte da ideia de que o interesse também deve partir dos próprios órgãos públicos e à maneira como eles se esforçam para serem fontes primárias de uma cobertura. Ou seja, o sociólogo britânico propõe uma descentralização do modelo midiocêntrico de pesquisa sobre o jornalismo. Para ele, a partir do momento que criamos questões sobre fontes não-oficiais de informação, isso vai ao encontro de uma noção de dominação dentro dos limites de poder da mídia. Em outras palavras, o uso de outros atores sociais como fontes amplia essa relação entre os dois eixos representados pela mídia e a fonte oficial.

Metodologia da pesquisa

O principal método de pesquisa utilizado foi a entrevista do tipo qualitativa, que permite uma análise em profundidade das experiências dos atores. Ela trabalha de forma a possibilitar a compreensão dessas questões sociais na ordem política e ética, uma ferramenta de informação que elucida as realidades sociais. Para a pesquisa, foram

entrevistados cinco jornalistas que em algum momento de suas carreiras fizeram a cobertura do Planalto além dos dois ex-secretários durante o período analisado.

A entrevista do tipo qualitativo constituiria um meio eficaz para, apesar de toda a ambiguidade da expressão, “coletar informações” sobre as estruturas e o funcionamento de um grupo, uma instituição, ou mais globalmente, uma formação social determinada (POUPART, 2012, p. 222). Pereira (2012) expõe que a entrevista qualitativa nos estudos de jornalismo é explicada por uma questão de abordagem natural. Os jornalistas não costumam gostar de números, isso talvez seja um dos motivos pela preferência por esse método. Outro fato relevante é que a troca de relatos com outro profissional pode ser compreendida como uma técnica natural, pois entrevistador e entrevistado estão cientes do método já que a entrevista é um dos primeiros aprendizados de qualquer jornalista.

A entrevista seria, assim, indispensável, não somente como método para aprender a experiência dos outros, mas, igualmente, como instrumento que permite elucidar suas condutas, na medida em que estas só podem ser interpretadas, considerando-se a própria perspectiva dos atores, ou seja, o sentido que eles mesmos conferem às suas ações. (POUPART, 2012, p. 216-217)

O formato de entrevista utilizado foi a semi-dirigida, de forma a dar ao entrevistado o máximo de liberdade possível para o seu testemunho, visto que o assunto é delicado e gera repercussões éticas e morais. Ainda assim, respeitando um pré-roteiro formulado pela pesquisadora. “Ela permite que os entrevistados falem o

mais livremente possível, dando-lhes a escolha dos assuntos que eles julgam pertinentes. O papel do entrevistador consiste simplesmente em facilitar, por suas atitudes e suas intervenções, a livre expressão dos pontos de vista.” (POUPART, 2012, p. 224).

Para a pesquisa, foram entrevistados cinco jornalistas que em algum momento cobriram o Palácio do Planalto ou, no caso de Reynaldo Dias, que trabalhou diretamente na Secretaria. Era necessário que eles tivessem feito a cobertura em algum momento de suas carreiras e que pertencessem a veículos de circulação nacional para que pudéssemos analisar como era essa relação. Assim, entrevistamos Antônio Carlos Scartezini, que trabalhava para o *Jornal do Brasil* cobrindo política e depois em *O Estado de S. Paulo* durante o período estudado; Luiz Barbosa, também do *Jornal do Brasil*; Evandro Paranaguá, que trabalhou em *O Estado de S. Paulo* durante a maior parte do regime e teve uma coluna política de opinião no veículo; e Hélio Doyle, repórter do *Correio Braziliense* e posteriormente também do mesmo jornal que Paranaguá, que mesmo sem permissão para ser credenciado conseguiu fazer algumas coberturas políticas.

Com os secretários, discutimos a estrutura da Secretaria, a forma como trabalhavam com os jornalistas, como eram as notícias e o relacionamento do órgão dentro do Governo, se sofriam interferência por parte dos militares ou da AERP. Com os jornalistas, abordamos como as notícias da Secretaria eram disponibilizadas, de que forma a cobertura política era feita, como se deu o relacionamento com um governo que cerceava a imprensa, quais as dificuldades

que encontraram nesse trabalho e de que forma trabalhavam para contornar essa censura dentro das redações. Foram esses os temas que permearam as entrevistas.

Uma análise da cobertura

“Assim, na mente ocidental, a distinção entre notícia e propaganda está no fato de a premissa ser embutida no trabalho dos *news assemblers*: aqueles com propósitos deliberados produzem propaganda; aqueles cujo único propósito é refletir a realidade produzem notícias.” (TRAQUINA, 1999, p. 41)

A notícia institucional atende primeiramente os interesses privados de um órgão ou empresa. O caráter da notícia é, desde a primeira pauta até a sua publicação, claramente intencional, negociada e visa os interesses de uma organização. Assim, seu processo de construção não é simples ou linear, é essencialmente estratégico (MONTEIRO, 2003).

Molotch e Lester (1974) afirmam que “é preciso aceitar-se como realidade o trabalho político através do qual os acontecimentos são considerados por aqueles que geralmente detêm o poder.” Como continuam os autores, esses interesses divergentes entre os *news promoters* (promotores da notícia) e os *news assemblers* (que, de acordo com a tradução dos autores, são todos os profissionais jornalísticos que participam do processo de construção da notícia) em relação às notícias, levam a uma controvérsia sobre a importância de um fato. Isto gera um confronto sobre a verdade que esta notícia representa e neste meio estão os diversos interesses em um resultado, ou seja, os do Governo, no caso deste estudo. Por esse motivo, se

faz necessário compreender os critérios de seleção de notícias e as disparidades textuais que um mesmo acontecimento poderia ter dentro de veículos com políticas editoriais caracterizadas pelo regime ditatorial que o Brasil vivia.

Em um período em que as situações potencialmente conflituosas eram camufladas, havia a possibilidade do assessor da Secretaria de Imprensa dar preferência à divulgação de fatos não tão polêmicos para que os consumidores da notícia não pudessem perceber a dimensão real que o país vivia, já que se trabalhava com dados concretos e assuntos que apresentavam um país em ascensão econômica.

Para Molotch e Lester (1974), em uma sociedade em que existe um controle formal do Governo em relação aos meios de comunicação, essa relação entre os *news promoters* e os *news assemblers* é menos obscura, já que nesse tipo de governo as notícias servem a um propósito mais amplo, como a manutenção dos militares no poder e a dissimulação da violência no país, no caso deste estudo.

A validade tende assim a equiparar-se à utilidade. Presumivelmente, a evolução e o avanço na carreira e a sobrevivência depende da capacidade de cada um de entrosar o seu ‘faro para a notícia’ com as concepções dos padrões dos propósitos sociais gerais e da utilidade de uma dada ocorrência. (MOLOTCH e LESTER, 1974, p. 41)

Era certo que entre expor uma pauta sobre os guerrilheiros ou a inauguração da Transamazônica, o secretário de imprensa priorizava assuntos que impossibilitavam a imprensa de escrever algo que denegrise a imagem do Governo. Já o jornalista se colocaria como um ator que representaria

os interesses da sociedade nesse processo. Cabe a ele a responsabilidade de fiscalizar as instituições públicas. Ora, isso nem sempre vai ao encontro dos interesses de uma assessoria. “Nesses casos, o surgimento de conflitos com os jornalistas implica na adoção de outras estratégias de divulgação e agendamento pelos *news promoters* (...)” (PEREIRA, 2005)

Assim, era necessário aos jornalistas, credenciados ou não, buscarem outras fontes de informação, sejam elas representadas dentro do meio jornalístico como por amizades dentro do Governo, como alguns dos entrevistados relataram.

Negociação

A negociação trata do princípio de que a construção da notícia política é resultado de uma miríade de processos de negociação entre governo, assessorias de imprensa e jornalistas – esse pressuposto se aplica tanto à cobertura jornalística atual como na época da ditadura. Strauss (1992) aborda dois significados para negociação: tratar para, obter ou arranjar para um negócio uma discussão ou um acordo; e tratar um negócio com uma ou várias pessoas, consultar com um outro indivíduo para chegar a conclusão de um caso. Dentro da esfera social, o autor explica que:

A negociação, podemos dizer, é um meio “para conseguir que as coisas sejam feitas”. Ela é utilizada para fazer o que um ator (pessoa, grupo, organização, nação, etc.) desejaria ver feito. O que significa “fazer funcionar as coisas” ou fazê-las “continuar funcionando”. Outros atores são necessariamente vinculados a essas empresas. (STRAUSS, 1992, p. 252)¹

No caso deste artigo, a negociação

foi conduzida principalmente pelos assessores de imprensa do regime militar e os jornalistas, credenciados ou não. Dentro do Planalto, durante o período estudado, muitas informações eram liberadas por meio de noticiários produzidos durante o dia e liberados no fim da tarde, a maior parte constando informações sobre agenda do presidente ou deliberações não-relevantes. Para complementar essas notícias, os jornalistas procuravam outras fontes institucionais representadas por militares que tinham acesso ao Governo mas não faziam parte desse núcleo da linha dura, como o coronel Dickson Graef e os generais Antônio Carlos de Andrada Serpa e Euler Bentes Monteiro, citados por Paranaguá. Ou mesmo, em alguns casos, os próprios secretários soltavam informações em *off*, como Chagas e Fehlberg confirmaram em suas entrevistas.

Para Pereira (2011), quando uma pessoa assume o papel de “fonte de informação”, ela confirma com o repórter a ideia recorrente da prática jornalística de que uma matéria deve se embasar em fontes oficiais. “Ao assumir o papel de fonte, o indivíduo se utiliza de um conjunto de práticas, normas e valores sociais já consolidados. Ao mesmo tempo, ele reitera um modo já bastante difundido de cooperar com o mundo dos jornalistas.” (PEREIRA, 2011, p. 61).

Dentro do contexto deste estudo, é importante salientar que, como repórteres que deixaram suas redações para assumirem cargos em um Governo que instituiu uma repressão aos veículos de comunicação, tanto Chagas quanto Fehlberg afirmaram que mantiveram essa ideia de ajudar com a divulgação desse tipo de informação por entenderem a

1- “*La négociation, on l’a dit, est un des moyens ‘pour obtenir que les choses se fassent’. Elle est utilisée pour que se fasse ce qu’un acteur (personne, groupe, organisation, nation, etc.) souhaite voir accompli. Ce qui signifie ‘faire marcher les choses’ ou les faire ‘continuer à marcher’. D’autres acteurs sont nécessairement engagés dans de telles entreprises.*” (tradução nossa)

relevância do jornalista dentro daquele quadro.

“Escolher a negociação não é algo acidental, já que ele não é um ato isolado às condições sociais às quais é feito.” (STRAUSS, 1992, p. 246)² Ou seja, as negociações obedecem a esquemas e não são feitas por acaso. É necessário saber com quem, para quem, com o que, sobre o que, com qual propósito se está negociando. O autor explica que algumas esferas sociais auxiliam uma negociação favorável. Ao mesmo tempo que em outras possam ser improváveis e impossíveis. Por isso, as condições estruturais afetam a maneira como esses atores percebem a ordem social e no que acreditam.

Essa figura do secretário de imprensa como negociador pode ser interpretada como uma forma de controle que o Governo, mesmo que parcialmente, poderia ter sob sua visibilidade (PEREIRA, 2014). Afinal, representando um interesse maior, era preciso que alguns fatos se mantivessem fora das pautas jornalísticas.

A importância do conceito de negociação nesse estudo é centrado principalmente pelo cerceamento que o jornalismo vivia durante o regime militar. Como os próprios jornalistas afirmaram em suas entrevistas, era preciso manter uma certa relação com outras fontes consideradas oficiais. Indo ao encontro da ideia de Strauss (1992) de que essas negociações não são feitas ao acaso, muitos desses representantes do Governo que eram procurados como fonte de informação eram considerados brandos, mais abertos a uma reabertura política. Ainda assim, existiam alguns outros atores nessa mesma época avessos a qualquer tipo de negociação. Um deles

era o ex-presidente João Figueiredo, que como chefe do Gabinete Militar, boicotava acesso e informações tanto à Secretaria de Imprensa como aos jornalistas, como Fehlberg exemplificou em sua entrevista. Para contornar a situação, o ex-secretário afirmou que procurava outros personagens ou mesmo diretamente o presidente para revogar as ações de Figueiredo.

A busca por notícias

É no contexto da busca por notícias que entra a ideia de negociação. O jornalista, que dependia apenas da notícia oficial, dos boletins que a Secretaria liberava diariamente, pouco conseguia de informações relevantes. Assim, era necessário sair em busca de outros atores que pudessem contribuir para a notícia.

Para os jornalistas realizarem a cobertura havia um processo de credenciamento. Com ele, poderiam, formalmente, ter uma liberdade maior dentro do Planalto, além de acesso às coletivas políticas e aos boletins de notícias que a Secretaria liberava diariamente ao final do dia.

Para consegui-lo, era necessário o veículo onde o repórter trabalhava entrar com um pedido e ser aprovado pelos órgãos de segurança.

De fato, alguns jornalistas entrevistados confirmaram essa livre circulação dentro do órgão. Mas percebeu-se que, com a mudança dos governos e quanto mais da linha dura os generais e comandantes eram, mais se percebiam limites na movimentação dos profissionais da imprensa no Planalto e em coberturas externas.

As duplas metas do regime de 1964-1985 eram segurança e desenvolvimento. O regime

2- “Chosir la négociation n’est pas fortuit, pas plus que cet acte n’est isolé des conditions sociales dans lesquelles il se fait.” (tradução nossa)

mudou ao longo de suas duas décadas, adaptando-se de maneiras imprevisíveis a novas circunstâncias em sua tentativa de institucionalizar-se e enfrentar desafios. (Smith, 2000, p.33)

Doyle explicou que o credenciamento era exigido para a Presidência da República, os então quatro Ministérios Militares e o Itamaraty. Já os outros ministérios não a exigiam. Para a cobertura da Câmara e do Senado ela era necessária, a diferença é que lá o pedido não passava pelo órgãos de segurança. Para o jornalista, quem pedia geralmente conseguia, salvo em casos de irregularidade funcional ou algo do tipo.

A partir dessas entrevistas observamos que o credenciamento foi um processo importante no contexto de negociação na cobertura do regime militar. Como o seu pedido passava pelo crivo dos órgãos de segurança, ele poderia ser negado. Essa negativa não significava necessariamente que os jornalistas estavam impedidos de cobrir o executivo nacional. Doyle, por exemplo, já havia tido um envolvimento com militância política quando passou a cobrir o Planalto e teve o seu credenciamento negado. Ainda assim, conseguia frequentar o local e ter acesso às informações oficiais.

Paranaguá afirmou que perder sua credencial não o atrapalhou em seu trabalho como repórter, pois já havia feito amizades e contatos enquanto trabalhava como um jornalista credenciado. Para ele, o credenciamento foi uma espécie de cerceamento jornalístico, uma outra forma de limitar o jornalismo. Em um período em que já havia tanto controle sobre a mídia, tanta segurança nos órgãos, não era necessário tanto formalismo.

Percebe-se que, dentro desse contexto, era importante para o jornalista que existisse essa ampliação de número de fontes. Em outras palavras: a busca por atores que não participavam diretamente dos eventos do poder Executivo, os que tinham acesso aos seus bastidores. Conforme os jornalistas entrevistados, tais fontes consistiam sobretudo em militares que não faziam parte da linha dura da Ditadura Militar. É importante também salientar que não eram todos os veículos que possuíam jornalistas credenciados no Planalto.

Os releases produzidos pela Secretaria eram enviados à *Agência Nacional*, que tinha a responsabilidade de distribuí-los à imprensa além de veiculá-los na *Voz do Brasil*. Assim, esses outros veículos mesmo sem jornalistas credenciados no Palácio do Planalto também poderiam ter acesso, ainda que indiretamente, às informações institucionais.

Algumas pessoas tiveram papel relevante tanto para os jornalistas como para os outros secretários como fontes na negociação de informação suplementares colaborando no processo de cobertura política. Apesar de fazerem parte do regime, no caso dos militares, serviram de elo entre os entrevistados e o Governo em algum momento. Além deles, alguns nomes da história do jornalismo nacional foram grandes influências para esses jornalistas e confrontaram a favor pelo papel que tinham dentro dos jornais.

Houve alguma negociação, alguma busca de espaço de manobra. (...). Os jornais de prestígio podiam fazer uso de seus contatos na elite, os com menos ligações, não podiam. A diferença com a censura prévia é que tais negociações só podiam acontecer nos níveis mais elevados

da direção (...). (SMITH, 2000, p. 164)

Os próprios secretários de imprensa criaram formas alternativas de negociar informações sobre o Governo. Os dois entrevistados afirmaram que faziam uso do *off*, em que soltavam fatos que não eram divulgados oficialmente. Na visão dos secretários, esse tipo de modalidade jornalística era necessária. Para Felhberg, o jornalismo não conseguia sobreviver sem as notas informais. Era necessário entender que existia a notícia oficial e também uma boa relação com o grupo de credenciados, que era o que permitia essa divulgação extra-oficial.

Essas notícias informais também foram importantes para o trabalho dos jornalistas que haviam perdido suas credenciais. Para um dos entrevistados, era o que o permitia, mesmo sem frequentar o espaço físico do Planalto, escrever as reportagens políticas. Ele enxerga o *off* como uma “instituição sagrada”. Na visão do jornalista, ele servia para permitir a circulação de notícias na base da confiabilidade, ainda mais em um regime fechado, como o país viva naquele momento.

Cobertura

A partir dos relatos dos entrevistados, é possível perceber que fazer uma cobertura em tempo de Ditadura foi uma tarefa que envolveu um esforço maior para que se conseguisse chegar às notícias. Em alguns governos do regime, essa tarefa foi mais ou menos complexa. Isso dependeu essencialmente da política de comunicação adotada, se era branda ou não. Além disso, era importante para

esses jornalistas permearem seu trabalho de forma a conseguirem chegar aos fatos e apresentá-los de uma forma que não fossem censurados. Para isso, dependiam dos secretários de imprensa mas ainda mais de outros atores que poderiam lhes passar os bastidores, de forma a irem além das informações oficiais que nem sempre agregavam valor às suas reportagens.

Luiz Barbosa afirmou que cobrir o Planalto era um trabalho fatigante, já que o jornalista está mobilizado durante todo o dia e tinha de fazer muitas viagens com o presidente.

Além disso, exigia muita responsabilidade por parte dos repórteres, já que era possível que se presenciasse fatos sem saber exatamente o que acontecia. Isso evidencia que nem sempre os boletins da Secretaria de Imprensa eram completos, muito do trabalho de cobertura tinha de ser feito fora dessa esfera oficial. Como Evandro Paranaguá afirmou, procurar notícia oficial em regime ditatorial é a contrafação da história.

A questão apresentada pelos jornalistas corrobora os levantamentos teóricos do estudo sobre a seleção de notícias por parte da fonte institucional, no caso, a Secretaria de Imprensa da Presidência da República.

A versão oficial, durante esse período, era apresentada aos jornalistas por meio de boletins curtos e desprovidos de informações de contextualização de forma a evitar questionamentos maiores, ainda que eles fossem possivelmente censurados nas visitas militares noturnas às redações dos jornais.

Por isso, os assuntos eram sempre atos aprovados, posses de ministros, nada que agregasse relevância à sociedade.

Linguagem jornalística

Outra estratégia que os jornalistas utilizaram em seus textos para que eles não fossem censurados pelo regime foi a forma de escrever, de usar as palavras. Elas possuíam duplo sentido ou mesmo não antecipavam o conteúdo da matéria de forma clara e explícita. Isso fazia parte de uma espécie de manobra que eles tinham de fazer para que suas matérias não fossem censuradas pelos órgãos de segurança assim como pela própria política editorial do veículo em que trabalhavam.

Paranaguá disse que era contundente nas palavras. Não enfrentava de forma direta a ditadura mas expunha os fatos. A essência do seu discurso era consistente, mas suas palavras não eram grosseiras ou agrediam diretamente o governo. Ele afirmou que como jornalista “sempre atuou com indignação ao regime mas com a máxima contundência, sempre no plano estritamente profissional e da cidadania.” Essa afirmação do jornalista vai ao encontro de um processo de manobras jornalísticas que não só ele, como outros entrevistados exerceram para que, de certa forma, conseguissem manter a posição da imprensa como defensora dos interesses públicos dentro dos limites que eram possíveis em um regime de exceção.

Considerações finais

Nesse artigo, buscamos apresentar de que forma se dava a relação dos jornalistas com a Secretaria de Imprensa

da Presidência da República durante os governos de Costa e Silva e Médici, e como isso afetava a cobertura política por parte desses repórteres. A partir de uma abordagem metodológica em que priorizamos uma entrevista de discurso livre dentro de um contexto delimitado por uma ordem histórica, buscamos elucidar como era o trabalho de um jornalista que cobria política em um período em que a comunicação era vista como um mal necessário pelo Governo.

A partir dos relatos dos jornalistas, é possível perceber que a cobertura jornalística dentro do Planalto ia aquém daquela idealizada pelos militares e executada pelos secretários. Havia outros processos de negociação envolvidos além de outros atores que participavam indiretamente na construção dessas notícias.

Assim, para se fazer jornalismo durante a Ditadura Militar, era necessário buscar outras formas de escrita, outros atores sociais, outras manobras, para que a sociedade pudesse ter acesso a essas notícias mesmo que dentro do limite imposto pelo regime. De certa forma, os jornalistas trabalhavam como negociadores da informação. Era preciso saber onde, quem e de que forma trabalhar para que a matéria publicada não fosse vista apenas pelo viés “oficial”, com abordagens camufladas por uma “agenda do presidente” ou atos promulgados que não explicavam muito à sociedade.

Referências bibliográficas

- DUARTE, Jorge Antônio Menna. **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 411 p.
- MOLOTCH, H.; LESTER M. **As notícias como procedimento intencional**: acerca do uso estratégico dos acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: Questões, teorias, estórias**. Lisboa: Vega, 1974/1993, p. 34-51.
- PEREIRA, F. H. **Jornalismo e Construtivismo**: a atividade como realidade socialmente construída. *Revista PJ:Br*, v. 5, p. 5, 2007.
- PEREIRA, F. H., MOURA, D. O., ADGHIRNI, Z. L. (orgs.) **Jornalismo e Sociedade**: teorias e metodologias. Florianópolis: Insular, 2012. p. 261.
- PEREIRA, F. H. **Jornalistas e fontes e a construção da notícia política em Brasília**. In: Durazo-Herrman, J.; Guazina, L. S.; Pereira, F. H. *Novos questionamentos nos Estudos sobre Mídia e Política*. Mimeo, 2014, sp.
- PEREIRA, F. H.; ADGHIRNI, Z. L. **O jornalismo em tempo de mudanças estruturais**. In *Texto (UFRGS. Online)*, v. 1, p. 38-57, 2011
- PEREIRA, F. H.; LACERDA, A. G.; SANTOS, M. M. M. . **Rotinas e estratégias dos news promoters na cobertura política nacional**: o cotidiano da Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República. *Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC)*, Florianópolis, v. 2, n.2, p. 155-165, 2005.
- POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 464 p.
- SCHLESINGER, Philip. **Repenser la sociologie du journalisme**: les stratégies de la source d'information et des limites du média-centrisme. *Reseaux*, nº 51, p. 75-98, 1992.
- SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**: O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - RJ, 2000. 262p.
- STRAUSS, A.; BUCHER, B.; EHRLICH, D; SABSHIN, M. **L'Hôpital et son ordre négocié**. In: STRAUSS, A. *La trame de la négociation. Sociologie qualitative et interactionnisme*. Textes réunis et présentés par Isabelle Baszanger. Paris: L'Harmattan, 1992, p. 245-268.
- TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.
- _____. **Teorias do jornalismo** – Porque as notícias são como são. Florianópolis, SC: Insular, 3. ed. rev. 2012

Este artigo e todo o conteúdo da **Estudos em Jornalismo e Mídia** estão disponíveis em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo>

Estudos em Jornalismo e Mídia está sob a Licença Creative Commons 2.5